

Recensão

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), 2005 – *História Económica de Portugal, 1700-2000 – Volume I: O Século XVIII*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

A obra em apreço constitui o primeiro dos três volumes que compõem a *História Económica de Portugal, 1700-2000*, organizada por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva e publicada em 2005 pela Imprensa de Ciências Sociais. Trata-se, pois, do primeiro produto de um projecto historiográfico e editorial extremamente arrojado, que junta em torno das questões centrais do desenvolvimento económico português do período contemporâneo uma boa parte dos historiadores e investigadores que a essa problemática se têm dedicado. O primeiro volume, consagrado ao século XVIII, conta com a participação de 18 colaboradores, cujas contribuições se distribuem por 13 capítulos (a que se junta a Introdução, assinada por Álvaro Ferreira da Silva) e 425 páginas. As linhas que se seguem procurarão, na medida em que uma obra de síntese como esta, com uma tamanha diversidade de autores, estilos e problemas, o permitir, ressaltar as suas principais conclusões, comentar um ou outro dado mais relevante e expor o essencial da sua organização.

Tal como sucede com os seus homónimos dos séculos XIX e XX, o volume dedicado ao século XVIII começa com uma abordagem aos factores de produção que determinam o comportamento e a evolução da economia portuguesa setecentista, coisa que ocupa os quatro primeiros capítulos da obra. A saber: população, ocupação da terra, trabalho e tecnologia. Através de Maria João Guardado Monteiro e Teresa Rodrigues Veiga (Capítulo 1 – *A evolução da população*) tomamos um primeiro contacto com um Portugal que em 1701 conta com uma população de 2 100 000 habitantes, volvidos 2 893 532 cem anos depois (p.37 quadro), o que configura, segundo as autoras, um crescimento “moderado” (p.65), de acordo com os padrões de um regime demográfico de transição do Antigo Regime para a época contemporânea, em que a mortalidade, sobretudo, se mostra ainda muito elevada, sensível a cada crise, cada guerra, cada surto epidémico, condicionando os efeitos de uma natalidade expansiva, própria dos países em fase de arranque industrial.

É esta massa humana que ao longo do século XVIII povoa, organiza, cultiva e explora o rectângulo português. Numa palavra, “ocupa” a terra, de modos e intensidades distintos: “sobre-parcelização” da terra e ocupação intensiva a Norte do Tejo, grandes herdades e ocupação extensiva a Sul (p.68). Como explica Nuno Gonçalo Monteiro, autor do Capítulo 2 – *A ocupação da terra*, estas assimetrias deviam-se às modalidades jurídicas e institucionais que de há muito vinham condicionando o acesso à terra nas diferentes regiões do país: as formas de cedência vitalícia e/ou hereditária da terra (p.68), os modelos de tributação vigentes (pp.70-3) e os processos de amortização (pp.74-5). E que, no fundo, abriam caminho a uma “multiplicidade de usos e apropriações sociais” da terra (p.76) que atomizavam a repartição e apropriação do produto agrícola (pp.77-8), num fenómeno contrário ao que sucedia em parte considerável da Europa coeva.

No mesmo plano de divergência, a repartição da produção por sectores de actividade. No Capítulo 3, dedicado ao trabalho, Isabel dos Guimarães Sá dá conta do peso esmagador do sector primário no conjunto das actividades produtivas (p.97), seguido de uma indústria incipiente, ainda pouco para lá do trabalho oficinal e do artesanato arcaico, permanentemente sujeita às pressões imobilizadoras do sistema gremial e corporativo (pp.104-5), e de um sector terciário que só nos maiores centros urbanos se mostrava declarada e decididamente comercial, já que nas zonas rurais eram os clérigos, a criadagem e os profissionais liberais a tomar o lugar dos comerciantes

ausentes e das vias de comunicação que nunca chegavam a ser abertas (pp.105-7) De qualquer forma, 70 a 80% da população portuguesa trabalhava (p.100) (para estes números muito contribuía o trabalho feminino e infantil – pp.108-12), apesar dos baixos índices de produtividade que apresentava (ainda que, é preciso dizer-se, com evidentes tendências de crescimento e sem destoar substancialmente do que sucedia noutros pontos da Europa em vias de industrialização) (pp.112-6). Não obstante, os trabalhadores portugueses beneficiaram de uma plataforma salarial bastante estável durante praticamente todo o século XVIII (pp.116-7), embora insuficiente para debelar a precariedade das suas condições de vida e trabalho (pp.118-9).

Pondo termo à ponderação dos factores de produção, Nuno Luís Madureira e Ana Cardoso de Matos apresentam, no Capítulo 4, o problema do desenvolvimento tecnológico no Portugal de Setecentos. Passando em revista os tradicionais factores explicativos do fraco desenvolvimento tecnológico do tecido produtivo nacional (a saber, muito sumariamente: a dispersão da estrutura industrial, a debilidade dos mercados de consumo, o custo elevado dos factores de produção energéticos, a escassez de capital e a fragilidade das culturas técnico-profissionais e associativas – p.143), os autores salientam com especial ênfase um outro, mais genérico e estrutural, que reside na abundância de mão-de-obra barata e elástica, capaz de alimentar uma conjuntura de crescimento, sem dúvida, mas de crescimento sem modernização, não obstante, por exemplo, o fomento pombalino (pp.143-4). Ao não se ver, pela insuficiência de mão-de-obra, numa situação de ruptura gerada pela incapacidade de dar resposta a uma procura crescente, a produção nacional não se deparou, em momento nenhum, com a necessidade premente de encontrar soluções alternativas para manter e acelerar o crescimento.

O Capítulo 5 – *A agricultura*, a cargo de José Vicente Serrão, esclarece alguns pontos nodais relativos ao desenvolvimento agrícola português no século XVIII, contribuindo, por arrasto, para definir a posição da globalidade da economia nacional no contexto de industrialização que começava então a desenhar-se em alguns pontos da Europa. José Vicente Serrão mostra que Portugal não chegou nunca a conhecer uma genuína “revolução agrícola”, momento de acumulação do capital que depois alimentaria o arranque industrial (p.173). O que não quer dizer que a agricultura portuguesa estivesse estagnada ou em crise. Relegando para segundo plano o trigo, a cevada e o centeio, volta-se decididamente para o milho, a vinha, a oliveira, a batata, as leguminosas ou a pecuária (p.149), trilhando um caminho de especialização. Fortalece, para mais, a sua relação com o mercado, de que faz depender cada vez mais o seu crescimento (p.174), e integra-se quer nas trocas comerciais com o ultramar quer nos esquemas de produção industrial (no fornecimento de lã, por exemplo) (p.174). Estes aspectos conjugados levam José Vicente Serrão a falar de uma agricultura nacional com um “comportamento dinâmico” (p.173) ao longo da centúria de Setecentos, que se reinventa e cresce apesar dos constrangimentos e arcaísmos de toda a espécie que sobre ela pesavam.

Jorge Pedreira assina o Capítulo 6 – *A indústria*, onde, como escreve logo nos parágrafos introdutórios, se propõe inventariar as mudanças e relevar as permanências, num sector produtivo que em meados do século XVIII, nalguns pontos da Europa, se preparava já para tomar em mãos o ónus do crescimento económico nacional. Pedreira mostra como o mundo rural, predominante no país, não foi capaz de impulsionar o desenvolvimento industrial (p.207); este dependeu sempre do estímulo dos espaços urbanos (que eram exíguos) e dos mercados ultramarinos, do protecționismo e do fomento estatais, que garantiam mercados em condições vantajosas ou de exclusividade e investiam capitais na introdução de novas técnicas e na instalação de unidades fabris (p.208) – o fomento pombalino constitui, a este respeito, o exemplo mais emblemático e conse-

quente de investimento do Estado na produção industrial. Formam-se áreas de especialização regional (o linho no Minho, os lanifícios na Serra da Estrela e no Alentejo, as sedas em Trás-os-Montes, entre outras) e introduzem-se algumas inovações técnicas, quase sempre por mão estrangeira e em torno da tecelagem (as máquinas de fiar britânicas, por exemplo), e todas, ou quase, incapazes de pegar de estaca nos processos produtivos, acabando a laborar isoladas ou pura e simplesmente abandonadas (pp.205-6). Para mais, como nota Pedreira, o tecido industrial português de Setecentos nunca foi capaz de alargar o consumo interno nem de garantir vantagens competitivas na exportação (p.208).

Da autoria de Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa, o sétimo capítulo aborda a questão da moeda e do crédito no Portugal setecentista (Capítulo 7 – *Moeda e crédito*). Partindo da análise do sistema monetário português (emissão, circulação e disponibilidade monetária, etc.), as autoras colocam a hipótese de umnexo causal entre o aumento da oferta monetária ao longo do século e a dinamização do mercado de empréstimos (p.235). *Ma non troppo*, já que dessa dinamização (ou flexibilização) não resultou propriamente um sistema creditício sólido e abrangente (p.235). A oferta de crédito era, no Portugal do século XVIII, uma actividade muito restrita, pouco especializada nas suas operações e procedimentos e comparativamente pouco rentável para quem a praticava (p.235), normalmente particulares endinheirados ou instituições eclesíásticas. Como notam as autoras, o real crescimento da actividade creditícia em Portugal não aconteceria antes do final do século (p.235).

O Capítulo 8, saído da pena de Álvaro Ferreira da Silva, discorre de forma bastante clara e sucinta sobre a evolução das finanças públicas portuguesas durante o século XVIII. Tomando como paradigma metodológico a “sociologia fiscal” de Schumpeter (um modelo que distingue entre “Estado patrimonial” e “Estado fiscal” na abordagem histórica das finanças públicas), Ferreira da Silva mostra como o Estado português se manteve largamente patrimonial (p.261), dependente dos proventos dos monopólios comerciais e dos recursos coloniais (receitas directas, portanto), apesar da tomada de algumas medidas tendentes ao reforço da componente fiscal (imposição universal das sisas e da décima militar, recuperação de impostos já existentes, etc.), sobretudo com as reformas pombalinas (pp.260-1). Se ao tipo de receitas patrimoniais absorvidas pelo Estado se somar o peso dos rendimentos aduaneiros e a concentração das receitas fiscais na área de Lisboa, facilmente se compreende não apenas a distância a que o Estado português estava de se afirmar como um “Estado fiscal”, mas também a dependência gritante das finanças públicas do comércio externo e colonial, o que as tornava especialmente sensíveis à mais pequena crise ou flutuação de mercado (como aconteceu, de resto, nos finais do século) (p.261).

A aproximação de Leonor Freire Costa ao tema das relações económicas de Portugal com o exterior (Capítulo 9) decorre, como não poderia deixar de ser, sob a égide do Tratado de Methuen de 1703, que, se não determinou, pelo menos condicionou o modo como Portugal se relacionava economicamente com as outras nações. Uma parte substancial do capítulo é dedicada justamente ao enquadramento do acordo de Methuen num cenário de rivalidade franco-britânica. Quanto ao resto, Leonor F. Costa analisa a composição da balança comercial portuguesa, confirmando a existência de um quadro exportador assente em produtos agrícolas endógenos e na reexportação de produtos coloniais (p.226); a que se contrapunha um volume de importações dominado pelos têxteis, metais semitransformados, equipamentos militares e outros bens intermédios (p.267). Balança comercial cronicamente deficitária, à excepção da última década do século (p.267), e amplamente dominada pelos produtos britânicos, embora, uma vez mais, este aspecto se tenha esbatido à medida que se aproximava o *fin de siècle* e, com ele, os primeiros frutos do reformismo

pombalino (pp.287-9), da especialização produtiva em alguns sectores (p.265) e da diversificação dos parceiros económicos (p.291).

Tocada ao de leve por Leonor F. Costa, a questão do império e da sua crucial importância quer para o jogo das trocas com o exterior quer para a economia portuguesa setecentista globalmente considerada é aprofundada por Joaquim Romero Magalhães no Capítulo 10. O comércio era verdadeiramente a pedra angular da arquitectura económica portuguesa, a razão pela qual “(...) Portugal ainda avultava na Europa.” (p.320). Ora, o cerne da actividade comercial portuguesa estava na reexportação de produtos coloniais, o que equivale a dizer, no império, no aproveitamento que dele a metrópole fazia. O comércio colonial português setecentista não se centrava já no Índico, mas no Atlântico e no andamento terciário que unia metrópole, Brasil e colónias africanas (pp.299 e 320). Curiosamente, diz-nos Romero Magalhães, não era Portugal o vórtice desse comércio: era o Brasil, donde vinham as maiores riquezas e para onde convergiam cada vez mais produtos (p.321).

No Capítulo 11, Fernando Dores Costa e Fernanda Olival abordam a realidade daqueles, poucos, que ditavam os avanços e os recuos da economia portuguesa: a elite dos magnates portugueses de Setecentos. Os autores tomam como centrais para a sua compreensão duas medidas do governo de Pombal: 1) a abolição da distinção entre “cristão-novo” e “cristão-velho”; e 2) a nobilitação das actividades de negócio de grosso trato. Que classificam como “(...) o grande marco do século XVIII português do ponto de vista social.” (p.343). Famílias capitalistas como os Cruzes, os Caldas, os Braamcamps, os Quintelas, os Bandeiras ou os Machados saltam para o primeiro plano do conspecto social português, ofuscando com as suas “casas nobres”, as suas carruagens vistosas e os seus séquitos de criados uma nobreza de tradição o mais das vezes falida, mas que obstinadamente recusava misturar-se com aqueles cujos títulos e a fortuna tinham origem não no berço, mas no braço (p.342).

Os dois últimos capítulos, mais panorâmicos e contextuais, são o remate do que ficou dito para trás. Um é dedicado à política económica, o outro às instituições e ao enquadramento legal. Os seus autores, respectivamente, José Luís Cardoso e José Subtil.

No Capítulo 12, consagrado à política económica, J. L. Cardoso salienta o peso determinante dos factores e condicionantes externos sobre a política económica nacional, razão por que adopta como balizas cronológicas duas datas a esse nível particularmente simbólicas: 1703, ano da assinatura do Tratado de Methuen, e 1808, quando é decretada a abertura dos portos brasileiros e o exclusivo colonial se dissolve. A redução do fluxo de ouro brasileiro nas décadas de 40 e 50, que ameaçou de catástrofe a balança comercial portuguesa (mantida mais ou menos equilibrada exactamente por força das remessas auríferas), impôs a tomada urgente de medidas reformistas, que, como já várias vezes se escreveu nesta meia dúzia de páginas, Pombal decididamente assumiu durante o seu consulado. Essas medidas iam no sentido de corrigir algumas das deficiências estruturais da economia portuguesa (pp.349-55). Levando à prática muitas das ideias que expusera na sua *Relação dos Gravames*, Pombal tentou afirmar Portugal como uma nação comercialmente competitiva, favorecendo a criação de companhias monopolistas em regime de privilégio, estimulando o desenvolvimento manufactureiro, fundando o Erário Régio e, entre outras medidas, reformando a universidade (pp.360-2). Desta vasta reorganização das premissas que regiam a vida económica portuguesa nasce uma visão mais coerente sobre o que devia ser uma política de governo para a economia, expressa de forma cristalina na acção e, sobretudo, no discurso político de D. Rodrigo de Souza Coutinho (pp.364-5).

Por fim, a fechar o volume, José Subtil debruça-se sobre os quadros institucional e legal do Portugal setecentista, distinguindo duas tendências: uma ligada à manutenção das jurisdições tradicionais, naturais e particulares; a outra consubstanciada num novo modelo de governo, racional e público (p.387). Ambas coexistiram ao longo da centúria numa moldura legal e institucional bicéfala. No entanto, os ventos de modernidade que sopravam irresistivelmente por toda a Europa não eram de modo nenhum favoráveis à primeira, que viu os tribunais régios e demais estruturas colegiais tradicionais, as jurisdições privativas e o espartilhamento da administração recuarem pronunciadamente, sobretudo a partir da segunda metade do século, perante uma máquina burocrática cada vez mais eficaz, centralizada e homogénea, animada por novas concepções de monarquia, nação, governo e coisa pública (pp.387-8).

É já mais que tempo de colocar um ponto final neste texto. Apenas algumas linhas mais, para dizer o seguinte. Que a *História Económica de Portugal, 1700-2000 – Volume I: O Século XVIII*, não sendo em rigor *impecável*, será sem dúvida *incontornável*. Apresenta uma útil e interessante visão de conjunto da evolução económica portuguesa durante o século XVIII, fazendo o ponto da situação daquilo que se sabe, no presente momento, sobre cada temática em particular. Evidentemente, alguns capítulos apresentam-se mais conseguidos e inovadores que outros, mas todos têm o mérito de sintetizar, apreendendo as grandes linhas que, afinal de contas, são a essência do conhecimento histórico. Talvez falte a este livro um capítulo de enquadramento histórico e uma conclusão final (uma vez que a estrutura temática, útil sob vários pontos de vista, se presta contudo a repetições e esquecimentos). Não existem. Mal menor: o que há é já bastante bom e revelador de uma forma muito concreta de abordar a história económica, em que o crescimento é sempre valorizado face aos factores de bloqueio e as mudanças se impõem aos atavismos. Era bom que este exemplo frutificasse, estendendo-se a outras cronologias e assumindo-se como o estímulo para um novo olhar, necessariamente mais abrangente, sobre a evolução das actividades produtivas em Portugal. Afinal, o primeiro passo está dado.

André Vitória

Recensão

LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), 2005 – *História Económica de Portugal, 1700-2000 – Volume II: O Século XIX*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais.

A obra em três volumes *História Económica de Portugal, 1700-2000* constitui a última grande produção de fôlego da historiografia económica contemporânea. Organizada por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva e editada em 2005 pela Imprensa de Ciências Sociais, procura reunir sob um mesmo título as maiores e mais recentes aporções relativas ao estudo da economia portuguesa entre os séculos XVIII e XX. Esta recensão incidirá apenas sobre o segundo volume, referente ao século XIX, que, por si só, constitui já uma obra consideravelmente vasta: 491 páginas, repartidas por 14 capítulos (mais a Introdução, da autoria de Jorge Pedreira), da responsabilidade de 17 autores.

A estrutura da obra segue um alinhamento temático, que parte dos factores de produção (a demografia, o capital, o trabalho...) para as actividades económicas (a agricultura, a indústria, o

comércio externo...) e financeiras, terminando com um capítulo dedicado às políticas económicas, da autoria de Paulo Jorge Fernandes, e outro, escrito por António Manuel Hespanha, ao enquadramento jurídico-legal introduzido pelo liberalismo, que enterra definitivamente o Antigo Regime em Portugal. Voltemo-nos para o primeiro grupo.

Joaquim da Costa Leite, autor do Capítulo 1, aborda a evolução da demografia portuguesa ao longo do século XIX, numa lógica de íntima correlação com o desenvolvimento económico verificado no mesmo período (p.43). Mostra como os meados do século assistem à transição de um modelo demográfico tipicamente de *Ancien Régime*, marcado por recorrentes crises de mortalidade, para padrões modernos de evolução populacional (p.53): manutenção de elevadas taxas de natalidade e de fecundidade, abaixamento das taxas de mortalidade por via da pacificação político-militar e de uma melhoria gradual das condições de abastecimento alimentar e das condições de higiene e sanidade (p.51), e aumento da esperança média de vida à nascença, ainda que matizada por níveis de bem-estar inferiores aos das nações europeias mais avançadas (p.60). Seja como for, os 3 096 073 de habitantes de 1801 são já 5 960 056 em 1911, sendo bem evidente a aceleração do crescimento a partir das décadas de 50 e 60 (quadro da p.44). Costa Leite acentua ainda a importância das assimetrias demográficas existentes entre o Norte e o Sul (pp.64-6), a fraca urbanização nacional (pp.70-1) e a participação nos movimentos de emigração transatlântica (pp.71-3).

Se a década de 50 constitui um momento-charneira para a demografia, não o é menos para a estrutura de ocupação e exploração da terra. Hélder Adegar Fonseca, no Capítulo 2, classifica os trinta anos que medeiam entre 1850 e 1880 como a “era da criação de capital físico natural”, iniciada provavelmente ainda no século XVIII e prolongada depois até ao século XX (p.90). Caracteriza-se pelo avanço da área produtiva, pela experimentação extensiva e pela diversificação cultural (pp. 90 e 107), aqui residindo a principal explicação para o crescimento do produto agrícola a partir da segunda metade do século XIX.

Para Hélder Fonseca, o período entre 1880 e 1910, nefastamente (ou afortunadamente) inaugurado pela “crise” agrária, marcou a intensificação da ocupação e exploração da terra, com a aplicação de fertilizantes químicos, a metodização da rotação de culturas, a estabulação, a aplicação de tecnologia moderna, a mecanização de processos, entre outras inovações (p.108). À entrada no século XX, 4/5 do território nacional estavam aproveitados. Mas, note-se, não é sequer esse o dado mais significativo: a maior intensidade da exploração e o aumento do produto por activo agrícola e por hectare constituem, isso sim, o grande facto da exploração da terra no Portugal de finais do século XIX. É a sua adição ao aproveitamento extensivo da terra que permite falar do crescimento da produtividade total dos factores e, conseqüentemente, de uma maior rentabilidade e qualidade da produção agrícola. Teremos oportunidade de voltar a este aspecto.

No Capítulo 3, consagrado ao trabalho, Jaime Reis aborda a questão da mão-de-obra: da sua repartição pelos sectores de actividade, da forma como a sua evolução se relaciona com o desenvolvimento económico e das características que a definem. Quanto ao primeiro ponto, Reis confirma a “imobilidade histórica da estrutura produtiva nacional”, própria dos países mais pobres e menos desenvolvidos, com o sector primário a concentrar estavelmente cerca de 60% da mão-de-obra ao longo do século, o secundário a flutuar entre os 15/16% e os 22% (1911) e o terciário, hipertrofiado, com cerca de 33% (pp.125-127). A mão-de-obra evolui em harmonia com o crescimento demográfico, o produto nacional e a produtividade a partir de meados do século XIX, aumentando a sua produtividade e flexibilidade, tradicionalmente baixas, através de sucessivos incrementos (p.139). Seja como for, a economia portuguesa sofreu cronicamente de escassez de

capital humano, ditada pela baixa qualificação dos trabalhadores, pela resistência ao “*learning by doing*” e pela concentração excessiva no sector primário (p.150), o que naturalmente, dificultou o arranque do processo industrial. Apesar disso, as últimas décadas de Oitocentos, como já se disse atrás, parecem demonstrar uma certa convergência entre a evolução do mercado de trabalho e o crescimento económico.

Ainda dentro dos factores de produção, Maria Eugénia Mata debruça-se sobre a questão do capital físico no Capítulo 4. Entendendo o *capital* como os “(...) recursos utilizados na actividade produtiva que são resultantes da própria actividade produtiva” (p.153), ou seja, capital físico não natural, aprecia o valor do capital agrário (recursos vegetais, animais e terreno preparado), das infra-estruturas (caminhos-de-ferro, portos, estradas, telégrafo, telefone, etc.), do capital imobilizado em edifícios (prédios de habitação, armazéns, fábricas, etc.), do capital circulante (instrumentos, máquinas e matérias-primas), dos meios e equipamentos de transporte, dos sistemas de mobilização da poupança, da dívida pública, da poupança externa e do capital financeiro, concluindo que a formação de capital cresce lentamente durante a primeira metade do século XIX e acelera no sentido da formação bruta a partir da segunda (p.186), especialmente nos sectores industrial, dos transportes e das comunicações, tendo sido para tal essenciais a tecnologia e o capital estrangeiros (pp.186-7)

Naturalmente, a ampliação do capital físico nacional dependeu largamente da divulgação tecnológica, que Nuno Luís Madureira e Ana Cardoso de Matos tratam no Capítulo 5, dedicado à tecnologia. O progresso tecnológico foi um elemento fundamental do desenvolvimento económico do País no século XIX (p.190), que a elite científica (Academia Real das Ciências, *O Investigador Português, Annaes das Ciências das Artes e das Letras* e toda uma nata de intelectuais, muitos deles “estrangeirados”) e alguns sectores da indústria e da administração tentaram implementar. No entanto, só com a Regeneração e a criação, em 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria é que o saber técnico-científico ganha verdadeira projecção, associado à febre dos “melhoramentos materiais” (p.191). Criam-se sociedades promotoras da indústria e escolas de formação técnica, organizam-se exposições industriais, intensificam-se os contactos científicos, as delegações e as bolsas de estudo no estrangeiro, designadamente na *École de Ponts et Chaussées de Paris* (pp.192-198). Na prática, porém, a aplicação tecnológica esbarrava contra a debilidade do mercado interno, a falta de capitais e a parca qualificação laboral. Apesar de conseguir internar-se na produção agrícola (químicos, adubos, etc.), na metalurgia (muito incipientemente...), nos têxteis (introdução de teares *jacquart*, da *mulle-jenny*, entre outras) e nas comunicações e transportes, raramente conseguiu atingir economias de escala (p.217). Da teoria à prática ia uma distância muito grande, sobretudo em Portugal.

O Capítulo 6, sobre a agricultura, deixa os factores de produção que determinam a evolução da economia portuguesa no século XIX e passa para a análise daquele que era, sem dúvida, um dos seus sectores produtivos mais importantes. A agricultura, diz-nos Conceição Andrade Martins, cresce no decurso de toda a centúria de Oitocentos, sobretudo a partir de 1846-1852. A cerealicultura, capaz de atender às necessidades do País até cerca de 1850, sofre uma violenta crise nessa mesma década, muito por causa da sua baixa rentabilidade; a reacção a essa crise, com a criação da RACAP em 1860, as leis proteccionistas de 89 e 90 e a introdução de adubos químicos, da selecção de sementes e de lavouras mais profundas, a extensão da área cultivada e a mecanização a vapor, traduz-se num momento alto de produtividade em finais do século XIX (pp.227-229). A rizicultura cresce com taxas anuais bastante elevadas (p.230). A viticultura, após a crise do oídio em meados do século, moderniza-se e aperfeiçoa-se, chegando Conceição Martins a falar do

aparecimento de uma verdadeira “*monomania vitícola*” (p.236). A olivicultura, a horticultura e a fruticultura, a silvicultura e a pecuária conhecem também importantes arrancos positivos, sobretudo ao longo da segunda metade da centúria. Em 1910, a agricultura era ainda o sector preponderante na economia portuguesa, ocupando 60% dos activos masculinos (que, mesmo assim, eram 75% em 1850) e dominando as exportações portuguesas (pp.254-255).

Não obstante, a industrialização foi a característica mais importante do desenvolvimento da economia portuguesa ao longo do século XIX. É esta, pelo menos, a opinião de Pedro Lains, com que abre o Capítulo 7, consagrado à indústria. Depois da “perda” do exclusivo colonial brasileiro e da consequente desagregação do tecido manufactureiro pombalino, Portugal conhece entre 1835 e 1851 um “segundo fôlego” industrial (p.267), identificado por Oliveira Marreca, que, em torno de Lisboa e do Porto, se traduz na instalação de 506 unidades fabris entre 1835 e o termo da década seguinte (p.268), voltadas para o algodão, os lanifícios, os couros, os produtos metálicos, os chapéus e a cerâmica. Essa dinâmica de crescimento é depois prolongada e amplificada com a Regeneração e até 1914, sempre por trás do escudo do proteccionismo alfandegário.

O facto de a indústria portuguesa, chegados ao século XX, não ter conseguido atingir os patamares dos países economicamente mais desenvolvidos da Europa não deve, adverte Lains, elidir a evidência do crescimento (p.275). Portugal arrancou para a industrialização de um plano inferior face ao de outras nações europeias, não contando nem com uma procura interna forte, nem com um mercado interno consolidado, nem com uma estabilidade política duradoura, nem com finanças consolidadas, nem com crédito em abundância, nem com uma mão-de-obra qualificada e flexível (pp.275-279).

Debruçando-se sobre a evolução dos sistemas monetário e bancário no Portugal Oitocentista, Ana Bela Nunes e Nuno Valério, no Capítulo 8, distinguem, quanto ao primeiro três fases distintas. A primeira, entre 1807 e 1854, em que o bimetalismo inicial é posto em causa pela colocação em circulação de papel-moeda inconversível; a segunda, entre 1854 e 1891, marcada pelo padrão-ouro e pelo princípio da conversibilidade monetária; a terceira, entre 1891 e 1910, com o retorno ao papel-moeda não conversível (pp.284-300). O sistema bancário, muito restrito até meados do século (Banco de Lisboa e Banco Comercial do Porto, sobretudo) (p.300), desenvolve-se depois através do aparecimento de pequenas casas bancárias em algumas regiões do País (p.288), de instituições par bancárias e caixas económicas (como o Montepio Geral) (p.287). Mas o tecido bancário será sempre muito débil e incapaz de se assumir como suporte para o progresso económico (p.300).

Se a insuficiência bancária constituiu um dos entraves à modernização do País, o fardo do investimento teve de ser largamente suportado pelo Estado. É esta uma das conclusões de Rui Pedro Esteves, autor do Capítulo 9, sobre as finanças públicas. As estratégias financeiras no Portugal oitocentista surgiram invariavelmente a reboque de projectos políticos ou económicos (p.305): por exemplo, a reforma jurídico-financeira promovida por Mouzinho da Silveira e Silva Carvalho na década de 30 (p.307) ou o saneamento financeiro vigorosamente conduzido por Fontes Pereira de Melo vinte anos mais tarde, tendo em vista a viabilização dos *améliorations matérielles* (pp.316 e 317). A despesa pública cresce consistentemente ao longo de todo o século (p.329), agravada pelo papel de fomentador que o Estado liberal tem de chamar a si para promover o desenvolvimento económico nacional, sem que, note-se, as contas públicas cheguem a estar verdadeiramente consolidadas. O que conduziu à bancarrota de 1892. O descontrolo das finanças públicas era ainda agravado pelos arcaísmos e imperfeições do sistema tributário (que se encontrava, repita-se, em vias de consolidação) e pelas constantes reviravoltas políticas do século XIX, que impediam a

execução de programas financeiros firmes e coerentes. Não obstante, a recomposição e os estímulos fiscais preceituados pelo Estado, que em última instância levaram ao caos financeiro do final do século, foram os principais responsáveis pela afirmação do “capitalismo possível” em Portugal (p.333).

No âmbito do comércio externo, que Benedita Câmara trata no Capítulo 10, uma constatação ressalta de toda a análise histórica: a do predomínio do proteccionismo aduaneiro ao longo de grande parte do século XIX (particularmente entre 1830 e 1914) (p.339). Este facto contradiz a posição historiográfica clássica do “dependentismo”, consagrada por Miriam Halpern Pereira, segundo a qual Portugal teria enveredado (ou sido forçado a enveredar) pelo livre-cambismo na segunda metade de Oitocentos, deixando a sua indústria à mercê da concorrência desigual dos produtos estrangeiros, nomeadamente britânicos (pp.341-343). Portugal começou por proteger os produtos agrícolas (pp.344-348), passando depois, sobretudo após a pauta de 1837, à generalidade dos produtos industriais (especialmente os têxteis) (pp.349-354), impondo direitos alfandegários particularmente elevados (p.351). O proteccionismo foi de resto, como já se escreveu, um dos principais factores da industrialização portuguesa a partir da segunda metade do século, independentemente da escala de crescimento ou da maior ou menor vantagem comparativa do rumo por ele tomado.

Relacionada com a questão do comércio externo está, naturalmente, a exploração do império colonial, abordada por Valentim Alexandre no Capítulo 11. Não cedendo nas posições defendidas em discussões já de há alguns anos, Alexandre reafirma a importância negativa da desagregação do sistema imperial luso-brasileiro para a economia portuguesa, que conduziu à aniquilação de núcleos de proto-industrialização no Entre Douro e Minho e à perda de uma fonte imensa de acumulação de capital (que reduziu a capacidade de investimento do Estado) e da preponderância comercial portuguesa no exterior (resultante do fim da função de reexportação dos produtos brasileiros desempenhada até então por Portugal) (pp.361-362). A “perda” do Brasil teve, porém, o efeito de despertar um maior interesse pelas possessões africanas (onde se procuravam “novos Brasis”), particularmente junto de homens como Sá da Bandeira ou Andrade Corvo. A intensificação da ocupação portuguesa das colónias africanas acontece a partir de 1870, pressionada, diga-se, pelo crescente imperialismo europeu em África (p.369). A escravatura e o trabalho servil são abolidos, o comércio é liberalizado, realizam-se expedições de reconhecimento no interior, é posto em prática um programa de obras públicas e melhoramentos materiais e as correntes migratórias intensificam-se (pp.372-376).

A industrialização portuguesa, ainda que lenta e pouco dinâmica, acarretou transformações nos modos de produção e nas relações entre os seus agentes. Maria Filomena Mónica, no Capítulo 12, *Operários e empresários*, dá conta dos protestos desencadeados por artesãos e trabalhadores contra a perda dos tradicionais privilégios corporativos, contra as más condições de trabalho, a parca remuneração ou os efeitos, a seu ver danosos, da crescente mecanização dos processos produtivos. Cita o caso dos chapeleiros, cuja predisposição para a paralisação e a reivindicação lhes valeu o reconhecimento de algumas regalias (pp.378-381). Mas a obliteração de direitos era predominante. Filomena Mónica reporta-se à indústria têxtil, para salientar as baixíssimas condições de trabalho e a eclosão, em 1903, da primeira grande greve operária em Portugal (pp.383-385). Só nos finais do século é que os operários portugueses começam de facto a nutrir algum sentimento de classe. Uma industrialização débil dificilmente poderia criar um operariado forte, assim como não gerou (nem foi gerada) por um patronato empreendedor e amante do risco, capaz de, individualmente, criar riqueza passível de colocar o País na senda da modernidade (p.387).

Os dois últimos capítulos, da autoria de Paulo Jorge Fernandes e António Manuel Hespanha – *Política económica e Instituições e quadro legal*, respectivamente –, são já o epílogo da obra, embora bem pudessem ser o seu ponto de partida. São o cimento que agrega os capítulos precedentes, conferindo-lhes um sentido adicional e uma perspectiva histórica mais profunda. Paulo Jorge Fernandes percorre as várias medidas tomadas pelos governos de Oitocentos no campo da economia, salientando, evidentemente, as medidas dos vintistas, as reformas de Mouzinho, o protecçãoismo setembrista, o fomento cabralista, a Regeneração fontista e a crise do fim do século. Muito do que refere aparece, explícita ou implicitamente, nos capítulos anteriores. Trata-se, de qualquer forma, de uma tentativa muito meritória de situar os homens e os acontecimentos nas curvas dos ciclos económicos, nas fileiras de dados estatísticos, nas barras dos gráficos. Talvez a leitura desta obra devesse mesmo começar pelo penúltimo capítulo...

O capítulo final, de António Manuel Hespanha, traça a evolução do quadro legal e institucional do Portugal oitocentista, sobretudo no que concerne à regulamentação de novas práticas comerciais e produtivas: a constituição do sujeito e do objecto nas relações de mercado, o lugar da empresa, o intervencionismo estatal, a questão social, etc.. Hespanha consegue tornar claro como é que uma concepção *natural* de economia evolui progressivamente para uma concepção de *economia política* (p.445), explicando assim a razão de muitas das medidas tomadas no campo económico pelos governos oitocentistas. É, no fundo, a superestrutura que assiste de cima à actuação dos agentes decisores, resumida por Paulo Jorge Fernandes.

Algumas palavras finais apenas. A obra *História Económica de Portugal, 1700-2000 – Volume II: O Século XIX* abrange de forma completa os vários aspectos da história económica portuguesa para o período em questão. Como obra de síntese que é, não se esperariam grandes novidades do ponto de vista científico. E assim acontece: em muitos casos, os autores limitam-se a repisar ideias defendidas em trabalhos anteriores ou a compulsar dados e conclusões presentes noutras obras.

A estrutura temática do volume merece uma consideração. Podendo muito embora facilitar um estudo parcelar, dificulta por vezes a obtenção de uma visão de conjunto, que, não fora o artigo de Paulo Jorge Fernandes, talvez não se chegasse sequer a obter. Presta-se também a repetições, ao retomar agora e depois de aspectos que tinham ficado antes esclarecidos. No entanto, as sínteses finais de cada capítulo são francamente úteis. Faltaria talvez um último olhar retrospectivo, uma síntese final... Seja como for, e apesar da coexistência de capítulos bastante bons (como os de Conceição Andrade Martins, Rui Pedro Esteves ou Pedro Lains, entre outros) com outros menos conseguidos, a obra tem o mérito, indiscutível e elevado, de colocar sempre a tónica do discurso no crescimento económico, ou nos “progressos do atraso”, para usar uma expressão de Pedro Lains.

Em suma, sem ser totalmente satisfatória, esta *História Económica de Portugal, 1700-2000*, referente ao século XIX, pela abrangência, pelo espírito que lhe subjaz e pela qualidade de várias das suas contribuições, tem virtudes mais do que suficientes para justificar a sua inclusão numa biblioteca consagrada à história.

André Vitória

PEREIRA, João Martins, 2005 – *Para a História da Indústria em Portugal. 1941-1965. Adubos azotados e siderurgia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Este livro de João Martins Pereira apresenta dois estudos sobre os processos que levaram ao estabelecimento das indústrias de base em Portugal, durante as décadas de 1940 e 1950, versando especificamente as indústrias de adubos azotados e a siderurgia. Recorrendo a um vasto conjunto de fontes, em especial aos livros de actas e relatórios de contas dessas indústrias, o autor narra um processo que, em ambos os casos, partiu da iniciativa governamental. Os antecedentes, os projectos, as sucessivas reuniões, os relatórios, os pareceres, as intervenções ministeriais, são descritas e interpretadas neste importante contributo *para a história da indústria em Portugal* e para a compreensão do seu “atraso tecnológico”.

A obra estende-se por 271 páginas e encontra-se dividida em duas partes. A primeira, organizada em quatro capítulos, aborda os processos que conduziram à implantação da indústria de adubos azotados – dos antecedentes ao arranque das unidades –, analisando sobretudo os problemas de ordem estrutural, e as sucessivas intervenções e soluções políticas. Já na segunda parte, dividida em seis capítulos, é explorada a questão do estabelecimento da indústria siderúrgica – partindo dos argumentos iniciais até ao normal funcionamento deste projecto.

A história da entrada em funcionamento da indústria de adubos azotados em Portugal é uma sucessão de problemas e pareceres. O primeiro capítulo dedicado a este tema versa os *Antecedentes* – ou os primeiros problemas. Recuando até aos dias da I República, surge a crítica às primeiras tentativas de fomento industrial, que se pautaram por uma substituição ministerial sem efeitos práticos. A troca do velho Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria pelo Ministério do Fomento, em Setembro de 1917, e o *fervet opus* industrial do pós-guerra, que pretendia implantar uma série de novas indústrias (adubos azotados, pasta de papel, metalurgia do cobre, automóveis, etc.), acabam por não surtir qualquer efeito. Só na década de 1920 surgiram interessados na produção de adubos azotados: a Companhia Industrial Portuguesa (CIP) e a Sociedade Geral de Comércio, Indústria e Transportes (SG). Mas sendo Portugal um país com um baixo nível industrial e de qualificações, com um limitado mercado para os adubos azotados, porquê iniciar estes projectos? O autor lança a questão e analisa-a de seguida: “Nenhuma das empresas parece, pois, vocacionada para se lançar num projecto industrial, como era o do amoníaco português. Tratava-se [...] apenas de uma tomada de posição para o futuro dos dois principais fabricantes de adubos químicos” (p.26). Seguem-se várias páginas sobre os resultados das comissões de estudo, os diferentes métodos de fabrico e os problemas estruturais (gases de coqueria e electricidade). Tudo isto volta à gaveta com o 28 de Maio de 1926. E só mais tarde é que se discute novamente este tema através de um livro de Gaspar de Barros – *Porque não se fabricam adubos azotados em Portugal?*

No capítulo *Das licenças ao fim da guerra*, o autor debruça-se sobre as consequências da Segunda Guerra Mundial na indústria de adubos azotados, focando a conjuntura, as necessidades de uma rápida implantação desta indústria e as primeiras licenças obtidas. E abordam-se também questões estruturais, pois Portugal tinha um deficiente parque energético, provocando dificuldades na criação de indústrias pesadas. Seria necessário melhorar a rede eléctrica, tal como o desejava Ferreira Dias. É durante este período que se inicia a ‘aventura’ dos azotados com a constituição do Amoníaco Português, uma empresa com capitais nacionais e estrangeiros (a belga Sociéte Anonyme de Produits et Engrais Chimiques). O projecto inicia-se em Dezembro de 1941. Mas os problemas eram muitos (discute-se a localização, por causa de água e energia, os equipamentos, os edifícios

e os técnicos, uma vez que não havia engenheiros formados para o efeito) e o tempo passa sem soluções à vista. O impasse levaria à acção do delegado do Governo. E, invocando a explicitada lei da nacionalização de capitais, decide tomar “o assunto em mão”, porque “o crédito moral do Estado está envolvido na realização do Amoníaco Português” (p.51).

No capítulo 3 – *O pós-guerra e a conclusão dos projectos* – João Martins Pereira aborda a evolução destes projectos do final do pós-guerra até à sua conclusão, fazendo referência a quatro aspectos essenciais. O primeiro é a grave crise cambial que Portugal viveu após o final da Segunda Guerra Mundial e a aceitação do Plano Marshall, que acabou por beneficiar algumas indústrias-base (incluindo o Amoníaco Português). De seguida, o benefício da formação superior com a chegada ao mundo activo de gerações “preocupadas com o desenvolvimento do país” – como Champalimaud e Cabral de Moncada, Araújo Correia e Ferreira Dias, Herculano de Carvalho e Henrique de Barros, e, mais tarde, Pereira de Moura e Teixeira Pinto – e o desenvolvimento que a engenharia química teve em Portugal, especialmente no Instituto Superior Técnico, com conhecimentos e metodologias norte-americanas importadas por Luís de Almeida Alves. Segue-se uma abordagem à Lei nº 2005 – lei de fomento e reorganização industrial – que prevê para as indústrias-base apoios estatais (crédito, isenção de direitos de importação de máquinas e outros materiais, e isenção de impostos durante seis anos). O último ponto principal deste capítulo é o período experimental e o arranque das unidades (o Amoníaco Português e a União Fabril do Azoto, unidade especializada da CUF). Mas os problemas persistiam e energia estava mais cara, tornando as empresas inviáveis.

O capítulo *O hidrogénio químico e os nitratos. A política de azotados* começa com a entrada em cena da Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos (SACOR). Inicia-se uma abordagem à coexistência das várias unidades industriais e aos financiamentos, onde a intervenção governamental do ministro Ulisses Cortês – que procura sempre os conselhos de Salazar – é fundamental. O projecto da SACOR acabará por ser rejeitado e sucedem-se novos relatórios sobre o funcionamento das indústrias de adubos azotados. E num período em que UFA e AP insistem num bimonopólio, em 1957, a SACOR consegue a atenção para uma proposta que prevê um unidade que fornecerá também gás para as cidades, para além do amoníaco.

Ao fim de muito tempo, de muitas negociações, incertezas energéticas e metodológicas, níveis de produção, avanços e recuos, termina o ciclo da introdução da indústria de adubos azotados em Portugal.

A segunda parte incide sobre a indústria siderúrgica. E se os adubos azotados não tiveram um percurso simples, os capítulos dedicados ao estudo desta indústria provam que a sua implantação também teve inúmeras dificuldades.

No primeiro capítulo são analisados os antecedentes e *Argumentos* da indústria siderúrgica, balançando entre os entusiastas do projecto (caso de Ferreira Dias) e os cépticos (como o engenheiro Araújo Correia, que defendia a compra de ferro no estrangeiro por ser mais barato). Prevaleceu a implantação desta indústria, obra que serviria para aumentar o “orgulho nacional”, garantindo-se a autarcia. Até porque – como refere o citado Ferreira Dias – “País sem siderurgia, não é um país, é uma horta”. Este capítulo foca ainda a questão das matérias-primas e as vantagens que os percursos da siderurgia previam, com o surgimento de outras indústrias derivadas.

O segundo capítulo sobre a siderurgia analisa o percurso desde os processos *Basset ao despacho de 1950* para o arranque da indústria. E foca como aspectos essenciais as primeiras tentativas de implantar a siderurgia em Portugal. Uma das primeiras a entrar em funcionamento é a Companhia Cimento Tejo, em 1940, adoptando um sistema francês de Lucien Basset. É uma iniciativa do

industrial Henrique Araújo de Sommer que, no entanto, deixa dúvidas quanto à qualidade da produção: há os que dizem que “é de muito boa qualidade” e os que afirmam que “aquilo só serve para fazer panelas”. A laboração terminaria com o final da Segunda Guerra Mundial. Mas, ainda durante este conflito, o autor ressalva o interesse que o Governo tinha em produzir folha-de-flandres, essencial para a indústria das conservas. É então constituída a Companhia Portuguesa de Siderurgia, presidida por Sebastião Ramires. Constituída, não inaugurada. Porque há problemas para o financiamento e localização.

Martins Pereira apresenta no capítulo seguinte – *Da preparação do I Plano de Fomento à licença* – alguns aspectos da falência inicial dos projectos de siderurgia e certas contradições entre os industrialistas. Se por um lado se pretendia que a iniciativa privada entrasse no negócio, havia um certo receio por parte de Salazar, que acha que é cedo demais e encomenda mais estudos para a viabilidade da indústria. Isto, num tempo em que António Champalimaud pretendia investir e garantir fundos do I Plano de Fomento. A folha-de-flandres, “*indústria de guerra* fracassada”, torna-se inviável, e os projectos balanceiam entre a pequena siderurgia “prudente e autárquia” e a grande siderurgia, sustentados por estudos que o autor analisa.

Segue-se um capítulo que analisa a siderurgia *Da constituição da SN ao contrato de financiamento*, de onde sobressai logo a necessidade que o governo tem de criar cláusulas que permitam a sua intervenção na administração da Siderurgia Nacional. Um aspecto que ocupa várias páginas é o da localização. Recorrendo a relatórios e até editoriais de jornais, o autor apresenta e analisa os vários argumentos esgrimidos pelos que pretendiam a indústria no Norte e os que a queriam no Sul, ou os que a rejeitavam – conforme uma carta dos lavradores do Norte enviada a Salazar, afirmando que a SN só serviria para retirar mão-de-obra ao campo, já afectado pelas fugas para as cidades e estrangeiro. Pela mão do major Spínola, parte-se para a “grande siderurgia”. Porque a conjuntura internacional a isso obrigaria – a CEECA e o nascente Mercado Comum. É então assinado um despacho, em 29 de Abril de 1957, que consolidou esta opção.

No capítulo – *O desenvolvimento do projecto até ao arranque* são apontados mais alguns aspectos que complicaram o avanço desta indústria até ao funcionamento em pleno. O primeiro caso é o da escolha da localização, entregue a uma comissão que acabará com pareceres contraditórios. Segue-se uma discussão em torno do melhor método a adoptar na Siderurgia Nacional – a *questão coqueiralamontaco*. Entretanto, iniciar-se-ia o arranque e preparação da laboração. E em 1958 estavam a trabalhar cerca de 6000 operários e técnicos portugueses e 250 estrangeiros. Chegam equipamentos da Alemanha. E partem para esse país e para a Áustria técnicos portugueses a fim de receberem formação. No dia 28 de Abril de 1961, uma pequena fogueira no alto-forno marcaria o início da Siderurgia Nacional. Simbólica, porque era o aniversário de Oliveira Salazar. Só no final de 1961 é que se iniciaram os trabalhos, com 3200 pessoas a acorrerem a esta unidade no Seixal.

O último capítulo vai *Do impasse financeiro à estabilidade*. Impasse, sem dúvida. E o autor apresenta claramente os números de uma indústria que se apresentava claramente inviável. Os prejuízos aumentavam e vivia-se um clima “anti-siderurgia”. Para se inverter esta situação são apresentadas medidas que Martins Pereira enumera. Destaque para as “dificuldades à importação”, eufemismo para um protecçãoismo adoptado por Ferreira Dias, que ia contra as normas da EFTA, da qual Portugal fazia parte. Mas só com a entrada de Teixeira Pinto para o Governo, e com um relatório encomendado ao Stanford Research Institute, é que a Siderurgia Nacional vai conhecer uma série de medidas de recuperação. Medidas que Martins Pereira aprofunda ao longo de várias páginas, desde o controlo das importações a um programa de marketing. A partir de

1965, e já com o grupo Champalimaud consolidado, a empresa deixaria de recorrer ao Estado. Expandiu-se. Aumentou a produção. Até que o seu fim chegou em Março de 2002.

O autor encerra a obra com umas *notas finais* em cinco pontos, onde apresenta algumas ideias e conclusões procurando explicar todo este processo de implantação das indústrias de base em Portugal. Debruça-se sobre conceitos (indústria de bases), compara personagens governamentais (Ferreira Dias e Ulisses Cortês), faz uma reflexão sobre o papel do Estado, procura interpretar a influência do atraso estrutural e influência em ambos os projectos e, por fim, que significado tiveram nos planos político e simbólico.

Bem escrito e organizado, este livro consegue tratar o tema sem maçar em demasia. Os vários exemplos e descrições de processos químicos são tratados num nível de compreensão admissível, adequado a todo o tipo de leitores, sem cair em análises demasiado herméticas.

Concluindo, este estudo de João Martins Pereira é – como já foi escrito – um importante contributo para a história da indústria em Portugal. Partindo de uma interpretação da origem destas indústrias, do inevitável papel do Estado, e reflectindo sobre as mudanças de projectos, de métodos, de ministros e suas diferentes atitudes, consegue também uma história de mentalidades – a mentalidade industrialista autárquica predominante durante o Estado Novo. Tudo somado dá um quadro de análise explicativo para os problemas estruturais de Portugal e razões do seu atraso.

Flávio Miranda

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, 1998 – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª ed. rev., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

O presente livro corresponde à publicação da tese de doutoramento de João Luís Ribeiro Fragoso. Tendo como objeto de estudo o sistema agrário escravista exportador, Fragoso passa em revista os principais modelos explicativos da economia colonial, particularmente a noção de antigo sistema colonial, apresentada por Caio Prado Júnior, seguida por diversos autores e amplamente difundida entre o público geral. Para Fragoso a ideia de a economia colonial ser fundamentalmente exportadora e totalmente dependente da economia europeia é bastante limitada, deixando de lado os movimentos económicos internos a seu ver de extrema importância para a formação económica colonial, como irá demonstrar ao longo de sua tese.

Uma primeira observação é sobre a formação da agricultura cafeeira no norte fluminense. Sobre o município de Paraíba do Sul, no período de 1789 a 1840, o autor afirma: «(...) em pouco mais de 50 anos, a área analisada apresenta um crescimento demográfico de 5.277% (...) tal número nos insinua que a formação da agroexportação cafeeira só foi possível em razão de uma ampla acumulação previamente existente». (p.15) Confrontando esses números com a análise económica da época, o autor chama a atenção para o facto de a rápida montagem desse sistema agroexportador no norte fluminense coincidir com um período de crise mundial que se refletia na queda consecutiva dos preços dos géneros. «Entre 1813 e 1820, os preços internacionais do açúcar na bolsa de Amsterdão, caíam em 53,8%. Quanto ao algodão, os seus preços, entre 1816 e 1821, sofrem um declínio de 43,6%. Esses números nos levam a pensar que a rápida montagem da agricultura cafeeira escravista se daria em meio a uma conjuntura económica internacional

desfavorável. Mais do que isso, seguindo os modelos explicativos clássicos para o Brasil escravista, essa montagem ocorreria em uma fase recessiva da economia escravista-colonial». (p.16)

A partir dessas constatações, Fragoso aponta questões que, segundo ele, não são satisfatoriamente contempladas pelos modelos explicativos “tradicionais”. Como foi possível a formação da agricultura cafeeira no norte fluminense, tão rapidamente, num período de conjunção econômica desfavorável para o comércio internacional? De onde viria o capital para investimento de tal envergadura e, não obstante, qual era o interesse em continuar-se a investir numa indústria que vinha em declínio?

Primeiramente, Fragoso põe em causa as consequências da recessão econômica internacional para a colônia. Baseando-se em levantamentos referentes à variação dos preços na Bahia e no Rio de Janeiro verifica que estes não se ajustam inteiramente às tendências internacionais (p.18). Tal afirmação mostra-se incompatível com a concepção da economia colonial como uma extensão da europeia. «(...) as leituras da conjuntura da economia colonial, na primeira metade do século XIX, partem de um mesmo quadro teórico. (...) elas se baseiam no pressuposto de que a economia colonial seria completamente extrovertida, sendo seu ritmo determinado por suas ligações com o mercado internacional, ou, mais precisamente, com as economias aí dominantes. Entretanto, apesar de tal assertiva, em termos de marco teórico geral, ter o seu fundo de verdade, uma análise mais demorada do período considerado revela alguns fenômenos não previstos naqueles quadros explicativos». (pp.18-19).

Para além da análise do desempenho do sector exportador, o autor chama a atenção para a circulação interna de produtos coloniais para o abastecimento. Este sector, no mesmo período de tempo, apresenta um desempenho mais favorável, o que constitui outro aspecto da complexidade da formação econômica do Brasil colonial que Fragoso pretende estudar.

O autor propõe a idéia de um mosaico de formas não-capitalistas de produção, as quais, conjugadas, tornavam possível a existência e a reprodução da sociedade e da economia colonial. Esta idéia ultrapassa a noção da economia colonial fundeada na *plantation* escravista. Para além desta forma de produção, baseada na grande propriedade, monocultura, trabalho escravo e com vista à exportação, surgem no horizonte colonial outras formas de produção.

Tendo orientado sua pesquisa para a região sul e sudeste do Brasil colonial, Fragoso nos apresenta diferentes formas de produção paralelas à *plantation*: no Rio de Janeiro haviam casos de áreas ligadas ao abastecimento, assim como em Minas Gerais, onde se percebe a presença maciça de unidades agrícolas voltadas para o abastecimento. Esta Capitania concentrava o maior número de escravos do Brasil, de acordo com estimativa de 1819. «Esse dado ganha maior relevância se considerarmos que, na primeira metade do século XIX, a Capitania não concentrava o grosso de seus cativos em atividades de exportação, mas sim naquelas que se destinavam ao abastecimento interno.» (p. 123) Em Minas Gerais, a empresa agrícola foi formada tendo como objectivo o abastecimento, baseada na pequena propriedade e no trabalho escravo, mas não só: «(...) o senhor de escravos padrão de Minas Gerais era o pequeno proprietário (...) a base da economia mercantil mineira voltada para o mercado interno dificilmente poderia ser classificada apenas como escravista. Em unidades econômicas com menos de cinco escravos, mesmo considerando que todos estariam em atividades produtivas, não seria de estranhar que, ao lado do trabalho cativo, surgisse o trabalho familiar dos detentores da unidade.» (p. 131)

Para o caso de São Paulo, paralelamente à agroexportação, havia também uma produção considerável voltada para o abastecimento. «Na virada do século XVIII para o XIX, (...) não prevalecia em São Paulo a agroexportação escravista. A economia paulista se assentava, principal-

mente, na produção de subsistência e naquela voltada para o mercado interno colonial.» (p. 138.) A exemplo de Minas Gerais, em São Paulo, no que diz respeito à produção para o abastecimento, o trabalho escravo era utilizado de maneira complementar à produção familiar.

Ao sul da colónia, no Rio Grande do Sul, estava estabelecida uma indústria agropecuária voltada para o mercado interno. Em Santa Catarina, encontrava-se uma agricultura de produção de alimentos com o mesmo objetivo. Novamente, nestes dois exemplos, não fica caracterizada uma forma de produção escravista, coexistindo esta com, entre outros, nomeadamente a peonagem e o campesinato. (p. 143)

Sobre estas produções voltadas para o mercado interno, deve-se levar em conta que, para além de destoarem da *plantation* no que toca à sua organização, mostram-se mais estáveis economicamente do que as grandes lavouras exportadoras. Assim, atravessam períodos de crise do sector exportador sem maiores sobressaltos. Como nos casos de Minas quando do declínio da mineração, na segunda metade do século XVIII – crise que não levou consigo a agricultura de abastecimento da região –, e da fase depressiva da economia europeia durante a primeira metade do século XIX – que, afectando directamente a agroexportação, não teve seus efeitos sentidos pela agricultura de abastecimento na mesma escala.

Estas observações levam o autor a algumas conclusões. Primeiro, não se deve reduzir a formação económica colonial ao modo de produção escravista colonial. Aquela se mostra muito mais complexa do que isto, um aglomerado de diferentes formas de produção não-capitalistas e não necessariamente escravistas. Depois, o facto de existir uma considerável produção voltada para o mercado interno, e esta se mostrar parcialmente imune às crises do sector exportador, evidencia uma certa autonomia da economia colonial.

Trata-se, então, de ressaltar a relevância destes diferentes modos de produção para a formação económica colonial. Fragoso não nega o carácter exportador da economia colonial, mas ressalta a relevância das produções e da circulação interna à colónia. «(...) na base do mercado interno colonial encontramos empresas não-capitalistas peculiares, que se definem por suas ligações com o mercado – a sua reiteration, contudo, não é inteiramente medida pela circulação. O último traço reforça a ideia de que a lógica de funcionamento dos segmentos voltados para o abastecimento fora articulada de maneira a responder às necessidades de reprodução do escravismo colonial».

A par da produção agrícola girava, naturalmente, o comércio desses produtos. O comércio de cabotagem assume um papel muito importante neste sentido, constituindo-se em um negócio bastante atractivo para os comerciantes estabelecidos na colónia. Os números referentes à este tipo de comércio são expressivos. «(...) verifica-se a potencialidade das acumulações derivadas da reprodução dos segmentos produtivos ligados ao abastecimento interno colonial, as quais, em alguns anos, podem inclusive superar, nas suas receitas, as rendas advindas do produto-rei [açúcar]. (...) Entre 1799 e 1807, as rendas do açúcar caem a uma razão anual de 9,2%. Em contrapartida, as receitas da farinha, do charque e do trigo crescem, respectivamente, em 3,9%, 6,1% e 8,2%. Isto é, os produtos voltados para o mercado interno apresentam uma melhor performance que a agroexportação. As acumulações internas se ampliam, apesar da queda do ritmo de reprodução (medido em valor gerado) da produção alocada no mercado internacional». (p. 163)

É de se ressaltar o grande número de comerciantes inscritos na praça do Rio de Janeiro, a maior parte destes como mercadores eventuais. Procurava-se estabelecer uma divisão entre estes, classificando-os de acordo com o volume de seus negócios, a distância que alcançavam – quanto mais longe o lugar com o qual negociavam, maior seria a disponibilidade de capital para cada um deles –, e a permanência dentro de um mesmo segmento de negócios.

«(...) começamos a compor uma paisagem mais precisa do mercado colonial. (...) se a presença de fortes flutuações conjunturais em uma sociedade marcada pelas desigualdades econômicas e sociais – como é o caso da colonial – gera uma multidão de “pequenos mercadores de ocasião”, pontualizando a instabilidade e a especulação presentes em tal mercado, por outro lado, essa mesma realidade gera outros traços. Temos o fenômeno da concentração mercantil e a constituição de um privilegiado grupo de mercadores. Este último, além de concentrar um grande volume de negócios em suas mãos, tinha uma maior estabilidade no tempo, o que lhe permitia executar práticas monopolistas.» (p. 216)

Fragoso identifica ainda dentro desse grupo de negociantes uma elite mercantil, de número ainda mais reduzido. A actuação desta elite é de importância fulcral na tese de Fragoso. A acção destes negociantes permeava quase todas as possibilidades de negócios dentro da economia colonial, estas, por sua vez, bastantes restritas. «A existência desse pequeno e abastado grupo de empresários talvez seja um dos melhores índices de uma química colonial que combina dois elementos estruturais: o carácter desigual da hierarquia económico-social da Praça do Rio de Janeiro, onde, através dos inventários *post-mortem*, menos de 10,0% da população podem concentrar até 50,0% da riqueza (...); e a natureza não-capitalista do mercado colonial, com suas práticas monopolistas e especulativas. Como resultado de tal química, essa elite, por sua vez, joga um papel decisivo em alguns pontos nevrálgicos da economia colonial.» (p. 219) Controlavam tráfico negreiro, negócio dos mais lucrativos – e importantes na medida que permitia «a reiteração física das relações que dão vida ao escravismo» (p. 219). Sua actuação se estendia por todo o império colonial português, comerciando com Portugal, África e Ásia. Actuavam também no comércio interno da colónia, ligado aos produtos de abastecimento. O negociante de grosso da praça do Rio de Janeiro não direccionava seus investimentos exclusivamente para o trato. Diversificar os investimentos era a norma entre eles, fosse realizando empréstimos à juros ou comprando imóveis ou terras.

A actuação dessa elite comercial em outras áreas que não o comércio é relevante. Uma vez que estes indivíduos eram os maiores detentores de capital de então, era comum comerciantes de menor porte recorrerem à estes para financiar o seu negócio, na ausência de entidades para tal. «A leitura dos processos tramitados na Real Junta de Comércio nos informa que o funcionamento das atividades empresariais se dava através do adiantamento de mercadorias e de créditos, isto é, os negócios se faziam por meio de uma infinita cadeia de dívidas ativas e passivas.» (p. 243) Os lucros advindos desta atividade, era uma das principais fontes de rendas desta elite comercial. (...) «em média, o capital mercantil respondia por mais de 50% das escrituras de hipotecas feitas em cartórios, no período de 1800 a 1816. Tal hegemonia permitia que o negociante de porte pudesse ampliar a sua margem de lucros, seja vendendo fiado (com o pagamento de juros) ou através de financiamentos.» (p. 246)

Esta elite comercial investia seus recursos em terras, e eram estes comerciantes que estavam por detrás dos grandes investimentos na produção agroexportadora. A opção por este investimento extrapola o nível económico: por se tratar de uma sociedade não-capitalista a opção por se tornar senhor de terras e de escravos estava associada à uma ascensão na hierarquia social. Não obstante, estes mesmos negociantes não se furtavam em adquirir títulos nobiliárquicos, gastando avultada soma nisto – o que inclusive levava alguns à falência. A opção por terras não se esgota, porém, na ascensão social. «A sua entrada [do comerciante] no campo possui igualmente conotações “empresariais” no sentido estrito. Em primeiro lugar, muitos desses mercadores estavam envolvidos no comércio de açúcar, e, nessa medida, a aquisição de engenhos poderia representar o fortalecimento de suas posições nesse negócio. (...) Em segundo lugar, devemos lembrar-nos, mais uma

vez, das dificuldades presentes no mundo dos negócios coloniais. Isto é, em frente da instabilidade do mercado, os investimentos em terras e escravos (bases econômicas do sistema) são aplicações seguras, que se encontram ao abrigo das abruptas mudanças das flutuações econômicas.» (p. 368) A ampliação deste sistema de plantations era fundamental para a própria reprodução da sociedade colonial.

Procuramos expor nestas linhas a formação econômico e social explanada por Fragoso, com os seus diversos modos de produção interligados e a actuação fundamental de uma elite de negociantes na Praça do Rio de Janeiro. A combinação desses fatores moldou a sociedade colonial daquela época. «(...) ao lado da plantation e da dependência externa, incorporam-se elementos estruturais, como a natureza econômico-social da Metrópole lusa, fiadora de uma estrutura do Antigo Regime e, portanto, contrária ao fortalecimento de grupos sociais e à execução de acumulações que resultassem na modernização capitalista da sociedade portuguesa; e, na Colônia, a presença de um mercado interno, de acumulações endógenas e de uma comunidade mercantil residente. Como resultado de tal química, demonstramos a possibilidade de a sociedade estudada ter uma dinâmica própria, não totalmente dependente das injunções externas. Essa dinâmica interna traduzir-se-ia, entre outras coisas, pela presença de flutuações econômicas coloniais com relativa autonomia perante o mercado internacional e, principalmente, pela possibilidade dessa formação social controlar, pelo menos, parte de seus mecanismos de reprodução. Referimo-nos em especial, à ascendência da comunidade mercantil residente sobre a liquidez e o tráfico atlântico de escravos do Sudeste colonial, e, mais do que isso, ao jogo que se estabelece entre o capital mercantil e a agroexportação, onde o primeiro recria o segundo.» (p. 377).

A elite comercial da colônia ocupava, então, um lugar central nesta sociedade; sua actuação alcançava praticamente todos os níveis da economia colonial, de tal maneira que havia a apropriação da maior parte do excedente. Afastava-se assim a dependência de um só negócio, o que lhe dava maior segurança, aumentava seus lucros e também lhe conferia prestígio social nos casos dos investimentos no mercado imobiliário e de terras. Havia, portanto, mecanismos de acumulação endógenos na economia colonial, aspecto essencial deste sistema.

Por não serem dependentes apenas do mercado exterior, estes comerciantes puderam investir na agroexportação mesmo em uma época de crise como na primeira metade do XIX. Isto não seria possível se seus rendimentos fossem provenientes da própria agroexportação. Entretanto haviam todos as condições necessárias para isso.

«Introduzir a questão do mercado interno, no entendimento das flutuações coloniais, significa, em nosso caso, compreender a economia colonial enquanto uma formação econômica e social. Se realizarmos tal operação, as próprias relações dessa economia, no interior do mercado internacional, se vêem redefinidas, e por algumas razões, que já vimos:

a) a reprodução da agroexportação passa a se processar parcialmente no interior de um mercado interno, cujo pano de fundo são formas não capitalistas de produção, que fornecem mercadorias com “baixos preços monetários”;

b) a reiteração, no mercado interno, dos processos de reprodução do escravismo colonial e dos segmentos produtivos voltados para o abastecimento permitia a retenção de parcela do sobretrabalho colonial na própria Colônia, ou seja, viabilizava a existência de acumulações endógenas;

c) essas acumulações, em tese, possibilitavam que parte da reprodução da economia colonial fosse controlada no seu próprio interior – que se traduzia na constituição de elites econômicas residentes;

d) a esses pontos se acrescenta que o tráfico de escravos e o crédito eram controlados por uma elite mercantil residente.» (p. 273)

A conjunção das diversas formas de produção, combinadas com a acção da elite mercantil estabelecida na própria colónia, foi responsável pela formação económica do Brasil colonial. Um sistema complexo que não se resumia à plantation agroexportadora. Estas formas de produção eram distintas – mas complementares – à plantation, e desempenhavam papel central no sentido de reproduzir o sistema colonial, uma vez que este dependia do contínuo expandir das grandes plantações. Dessa forma, a reprodução das *plantations* significava a própria reprodução da sociedade colonial.

No entanto, e esta é a grande inovação da tese de Fragoso, a *plantation* não era a principal forma de acumulação na colónia e, tampouco, a única. Amparado por uma ampla pesquisa histórica, o autor lança novas perspectivas para a interpretação da formação económica brasileira: analisa como este sistema originou uma elite comercial que concentrava os excedentes desta economia e actuava de maneira a reproduzir a própria estrutura económica e social da colónia – isto sim, o que se poderia chamar de “objectivo” deste sistema.

Henrique Lacerda Correia

ALEXANDRE, Valentim – O Roubo das Almas, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2006, 464 pp.

Embora tenha nascido sob o signo do liberalismo e da democracia, o século XX viu-se confrontado, desde os finais da década de 20, com o triunfo de movimentos ideológicos e políticos que subordinam o individualismo e a liberdade à onnipotência do Estado. Um Estado totalitário, diga-se, que na versão revolucionária se identificou com o comunismo e na versão conservadora com o fascismo. Pela Europa fora, o totalitarismo fascista foi moda e teve precisamente na Itália e na Alemanha os seus grandes paradigmas. Antiparlamentar, antiliberal e antimarxista, o fascismo distinguiu-se por subordinar o indivíduo aos interesses de um Estado forte e dirigista, que controlava a sociedade, a economia, a educação e a cultura e por impor o culto do Chefe a quem todos deviam uma obediência estrita.

Em Portugal, o fascismo concretizou-se na experiência do Estado Novo, corporizado na figura de Oliveira Salazar. Foi pela oposição firme ao liberalismo, à democracia parlamentar e ao socialismo que se definiu o regime ditatorial português. Um feroz aparelho repressivo e uma gigantesca máquina de propaganda serviram os seus desígnios. Pela censura, pela prisão, pelo exílio, calaram-se as vozes discordantes e ergueram-se pesadas cortinas de silêncio. O salazarismo preparou-se para uma longa sobrevivência.

A obra em epígrafe é um dos mais recentes contributos de Valentim Alexandre para o estudo da política externa de Portugal ao longo da década de 30, muito sensível no domínio político em virtude do avanço da conduta imperialista das forças de extrema-direita. O volume surge-nos dividido em três grandes partes, estruturadas em nove capítulos, e embora se equacionem questões tão diversas quanto a evolução ideológica de Salazar, as reacções do catolicismo português e mundial à guerra civil de Espanha e as intervenções do regime ao nível do relacionamento externo, subsiste uma unidade estruturante, um elo de ligação consubstanciado num objecto único de

estudo: a crise do liberalismo, o ascenso das soluções autoritárias de Direita e o seu processo de desenvolvimento na Europa. Na verdade, se na primeira Parte o autor apresenta os momentos-chave do processo de formação de Salazar, na segunda remete-nos para a análise do posicionamento católico face às graves questões que ao tempo assolavam o continente europeu. As manobras diplomáticas do regime português e as relações luso-britânicas e luso-espanholas no essencial são, por sua vez, abordadas na terceira Parte da obra. Assim, através de uma divisão temática e cronológica perfeitamente articulada, o texto reporta-nos para um país que, no século XX, se encontra numa encruzilhada, numa proeminente necessidade de construção de identidade política. É uma fase de definição dos fundamentos e do pensamento basilar do Estado Novo, assumidamente antidemocrático, conservador, autoritário e colonialista e, no entanto, não identificado com o totalitarismo dos Estados fascistas coevos que, para Salazar, assumiam uma feição violenta e pagã, incompatível por natureza com o género da civilização cristã.

A obra de Valentim Alexandre assenta em dois temas primordiais. É, numa primeira instância, um livro sobre as relações externas de Portugal na década de 1930 e em particular nos anos de 1936 a 1939, marcados pela guerra civil espanhola. Pela importância que assumiu na definição do regime salazarista e pelo seu profundo impacto na sociedade portuguesa, é dado, com efeito, um lugar de relevo ao confronto ibérico entre as tropas nacionalistas ao serviço de Franco e os republicanos do governo saídos das eleições, servindo de elemento de decantação das reflexões de Oliveira Salazar e de base para a caracterização política do Estado Novo nesta sua primeira fase. Na verdade, a análise minuciosa da correspondência diplomática deste período entre o ministro dos Negócios Estrangeiros Armindo Monteiro (a partir de Londres), Teodónio Pereira (a partir de Madrid) e o próprio Salazar, inserida essencialmente na colectânea *“Dez Anos de Política Externa”*, bem como da documentação do *Foreign Office* recolhida por Manuel Villaverde Cabral, permite conhecer as motivações que condicionavam a acção dos estadistas portugueses e perceber como de uma visão meramente ideológica do conflito se passou a uma abordagem geoestratégica das relações de Portugal com a Espanha, as potências fascistas do Eixo (Alemanha e Itália) e a velha aliada Inglaterra. Por outro lado, para o autor, as manobras diplomáticas de qualquer regime governamental só se tornam plenamente compreensíveis à luz das motivações de ordem ideológica que as impregnam. Como tal, procurou-se, antes de mais, perceber as fontes primordiais do ideário de Salazar e o percurso das suas linhas de pensamento até meados da década de 1930. O ditador assume-se, assim, nas palavras de Valentim Alexandre, como *«o actor maior desta história.»*

“O Roubo das Almas” representa, portanto, pelo pioneirismo, originalidade e contributo histórico-diplomático, uma fonte de referência indiscutível da bibliografia portuguesa, indispensável para qualquer estudioso ou amante da história político-ideológica do século XX. O título sugestivo, embora à primeira vista incompreensível, remete-nos para o período da guerra civil espanhola, aquando da transferência de crianças bascas para a Grã-Bretanha e União Soviética. A expressão surge no seio da imprensa católica portuguesa e refere-se às “almas” que, malgradamente, estariam a ser furtadas à Pátria espanhola, às famílias e à influência religiosa. O termo é usado, obviamente, pelo autor num sentido mais lato, evidenciando a relevância do factor religioso na evolução do conflito (já assinalada pela historiografia espanhola) e nas perspectivas que dele se tinham entre os sectores dirigentes do Estado Novo, nomeadamente de Salazar, real representante da Igreja portuguesa.

A investigação da recente biografia de Salazar da autoria de Manuel Lucena (inserta no *Suplemento ao Dicionário da História de Portugal* de Joel Serrão) e do livro fundador de Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, bem como das obras de juventude

do ditador (os *Inéditos e Dispersos*), permitiram ao autor depreender que, profundamente católico, do catolicismo social absorveu Salazar toda a constelação de valores que definiram o seu posicionamento político, verdades essas que lhe pareciam inquestionáveis: «*O catolicismo pela decidida protecção da cúria romana, pelo trabalho das ordens religiosas na conquista, na cultura, nas descobertas e na colonização; na educação progressiva das massas, pela lenta infiltração dos seus princípios nos costumes – por tudo isto o catolicismo é um elemento fundamental na formação portuguesa, é um elemento básico da nação.*» É, de facto, perceptível nos escritos iniciais do ditador a influência da doutrina neotomista, dada a abordagem de alguns dos seus temas fulcrais a nível político, nomeadamente o princípio do bem-comum, da obediência aos poderes legitimamente constituídos e da hierarquização dos poderes espiritual e temporal. Por outro lado, é explícito no seu discurso a referência às grandes questões sociais e teológicas ligadas à democracia-cristã, de que em 1914 se diz «*soldado obediente*». A grande referência explícita do seu pensamento é, pois, a lição da Igreja – «*mãe espiritual de todos os católicos*» – cuja autoridade, a nível nacional e a nível geral invoca repetidas vezes. Compenetrado do valor, da necessidade de uma espiritualidade superior, sem agravo das convicções pessoais, o catolicismo surge nas palavras de Salazar não como um plano religioso, mas como fundamento de uma ordem ética, assente nos valores absolutos da verdade, do bem e da virtude e, como tal, fundamento último da autoridade.

Repudiando frontalmente o anticlericalismo da Primeira República, a ávida visão religiosa de Oliveira Salazar passava mesmo pela recristianização da sociedade portuguesa, à qual o Estado não poderia ficar indiferente: «*a descristianização sucessiva, sistemática das leis, dos costumes, das instituições, da vida privada e da vida pública*» mesmo fazendo-se «*sem convulsões violentas, nem por isso mesmo quebra menos a unidade moral da nação [...] nem se faz perder menos o seu carácter próprio, secando a fonte das suas energias. [...] Ao descristianizar, o Estado faria também uma política de desnacionalização.*» Nesta perspectiva, catolicismo e nacionalismo surgem como elementos indissociáveis, embora com uma clara prevalência dos valores da Igreja sobre quaisquer outros. O catolicismo integrista de Salazar tendia, efectivamente, a aproximar o “amor da pátria” à religião, vendo nesta um dos pilares da identidade nacional, contrariamente às concepções de Charles Maurras, líder da Action Française e mentor do Integralismo Lusitano, para quem a grandeza da nação constituía um valor absoluto, um fim supremo, tendo o catolicismo uma mera função instrumental. Dado o peso que, para o ditador, o catolicismo assumia na formação e na vida do país, a recristianização não se poderia confinar apenas à esfera individual, à consciência individual de cada um, mas a todos os domínios do espaço público, aos costumes, leis, instituições e relações sociais em geral. Daí a crítica ao Estado laico, organizado à margem das verdades religiosas e das crenças dos cidadãos; ao Estado moderno, cujos princípios – racionalismo, individualismo e liberalismo – eram, na verdade, anticristãos para a Igreja e, sobretudo, ao «*comunismo bolchevique e ateu*» visto como o mal absoluto, oposto ao Bem supremo e «*síntese de todas as revoltas tradicionais da matéria contra o espírito e da barbaria contra a civilização – a grande heresia da nossa idade.*»

Partindo desta visão geral da história moderna e da crença no carácter intrinsecamente perverso e anticristão do comunismo, era fácil chegar a uma concepção da guerra civil de Espanha como um conflito religioso, na qual as tropas ao serviço de Franco actuariam essencialmente em defesa dos valores da civilização cristã, ameaçada pela «*satânica tirania marxista*» ao serviço da Rússia. O conflito no país vizinho pôs, na verdade, na ordem do dia, o perigo bolchevista como uma ameaça próxima e iminente, alimentada pelas constantes notícias, muitas vezes falseadas, de atrocidades perpetradas pelos “vermelhos” sobre os eclesiásticos e os elementos burgueses em geral. Assim caracterizado, o conflito, pela sua origem, interesses e âmbito ideológico seria a

manifestação de um confronto mais vasto, de ordem internacional, na qual se pugnavam duas civilizações opostas: a civilização ocidental, católica e tradicional, e a civilização oriental, apocalíptica e devastadora.

A pesquisa atenta das pastorais e mensagens do Cardeal Cerejeira, bem como dos principais órgãos da imprensa católica da época – nomeadamente da revista de cultura eclesiástica–*Lúmen*, do diário católico oficioso do país *Novidades* e do jornal de feição monárquica e conservadora *A Voz* –, permitiram facilmente ao autor compreender a posição favorável das elites católicas à causa franquista e a sua visão do mundo numa perspectiva mais ampla e maniqueísta que via na guerra civil de Espanha o palco onde se defrontavam as grandes forças de ordem universal, o Bem e o Mal. As próprias reflexões de Salazar reflectem a importância do problema religioso na evolução do conflito: tomando partido pelos nacionais, Portugal visaria defender não apenas «*a vida e a independência da nação, ameaçada por um alegado plano de constituição da Federação das Repúblicas Soviéticas Ibéricas, mas a própria civilização ocidental, de matriz cristã, a que pela sua essência e história se encontra ligado, contra todos os empenhados em afogar em sangue as conquistas milenárias dessa mesma civilização.*» Valentim Alexandre afasta-se, assim, da corrente historiográfica tradicional que tende a analisar o impacto do conflito ibérico no contexto do processo de consolidação do Estado Novo, propondo uma nova abordagem à temática da guerra civil espanhola – a questão religiosa.

No entanto, para Portugal, do ponto de vista político, a importância da guerra civil no país vizinho era também por demais evidente, pois nela se jogava em grande parte o destino do Estado Novo e a concretização, ou não, dos desígnios de Oliveira Salazar. A vitória da Frente Popular nas eleições legislativas de Fevereiro de 1936 veio interromper, de facto, o processo de normalização das relações luso-espanholas, pela criação de uma conjuntura claramente hostil ao regime ditatorial português. Desde cedo o governo republicano espanhol percebeu que uma ditadura autoritária, como a liderada por Oliveira Salazar, representava uma séria ameaça para a República. Do mesmo modo, ao iniciar-se a guerra civil, Salazar facilmente depreendeu que no território da Península Ibérica seriam incompatíveis dois regimes pautados por princípios, práticas e ordenamentos jurídico-políticos claramente antagónicos, pelo que do seu desfecho dependia, em larga medida, o resultado final de um processo de implantação duradouro do regime. O resultado imediato do latente estado de insegurança foi o endurecimento da tendência fascizante do regime, visível no acentuar das vertentes autoritária e repressiva, quer ao nível do enquadramento político-militar das populações, quer do controlo da opinião pública. A criação da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa no Verão de 1936, o reforço das estruturas policiais e a própria política externa (nomeadamente a dinamização da propaganda ao serviço dos sublevados e o apoio, nem sempre disfarçado, à “causa nacional” protagonizada pelo general Franco) constituíram as expressões mais mediáticas do endurecimento do regime e os principais passos concretizados no sentido da sua aproximação aos modelos fascistas.

A defesa do franquismo não deixou, porém, de representar um elemento de perturbação para a velha aliada Inglaterra, empenhada, por seu turno, em localizar o conflito. Formulada pelo governo de Paris na reunião de 1 de Agosto de 1936, a proposta de um acordo de não intervenção em Espanha, de modo a evitar que a luta encarniçada contaminasse toda a Europa e desse origem eventualmente a uma guerra generalizada, iniciaria um processo de intensa actividade diplomática entre as potências europeias. A intervenção aberta dos dirigentes portugueses a favor dos militares revoltosos, tomada como a luta contra o comunismo, era por demais conhecida nos círculos europeus. Salazar justificava-a pela posição especial de Portugal no contexto da Península e por aí

se travar uma «formidável *batalha entre a barbárie e a civilização cristã*». Os dirigentes europeus e a imprensa internacional não pouparam, no entanto, as suas críticas à intransigência do governo de Lisboa, acusado de não manter a neutralidade e de dificultar a execução do Comité de Não Intervenção, alertando de imediato as autoridades portuguesas para o perigo da sua atitude perante uma eventual vitória de Madrid e para o abandono da Inglaterra à sua sorte nessa eventualidade. Estas pressões acabaram por dar os seus frutos, embora de forma mitigada. Com efeito, Portugal acabaria por aderir ao acordo de não intervenção, abstendo-se de qualquer ingerência directa ou indirecta nos negócios internos de Espanha, embora sob algumas condições.

Não obstante as tensões e dificuldades no âmbito da aliança luso-britânica, esta nunca deixou, porém, de representar o eixo fundamental da política externa portuguesa, sendo por diversas vezes invocada por Salazar ao longo de toda a década de 1930. A ideia da manutenção dos laços privilegiados com a Inglaterra como imperativo nacional por fundamentos de ordem geoestratégica — a conservação do império colonial e a defesa contra um eventual ataque espanhol —, constituiu, de facto, tema dominante tanto nos meios diplomáticos como nas instituições militares portuguesas. No entanto, a aliança deveria ser, na opinião do ditador, reestruturada, de modo a ser entendida internacionalmente não como um protectorado mas como uma comunidade de interesses, de troca de serviços e de utilidades.

Escassos meses mediarão entre o termo da guerra civil de Espanha e o início da Segunda Guerra Mundial, a 1 de Setembro de 1939. Porém, Oliveira Salazar procurou, desde logo, demarcar o Estado Novo de conotações que o pudessem ligar aos nacionalismos agressivos e expansionistas das potências do Eixo. O propósito de neutralidade do Presidente do Conselho seria também reforçado por outro conjunto de pretextos, nomeadamente o intento de poupar o povo português aos horrores de uma guerra sem particular interesse para a causa nacional, sublinhando-se com particular insistência a feição atlântica e imperial de Portugal como «*país quase desligado da Europa, com os seus interesses noutros continentes e mares*»; a ideia de uma possível ligação entre as democracias e a União Soviética, impensável para quem via no comunismo o mal absoluto e, acima de tudo, a descrença de Salazar nas capacidades políticas e militares dos regimes democráticos. Foi todo este conjunto de factores que incitaram Portugal a traçar uma sólida linha de equidistância entre os dois blocos beligerantes em formação e em rota de colisão. A partir daí, estavam lançadas todas as peças do impiedoso conflito que devastaria a Europa e que rapidamente assumiria uma dimensão planetária.

Pelo seu carácter único e pioneiro, assim como pela heterogeneidade e interesse dos temas abordados, os textos de Valentim Alexandre fornecem um precioso contributo à história das ciências sociais e, em particular, ao estudo das relações diplomáticas do Portugal contemporâneo ao tempo do Estado Novo. Tendo em consideração a pertinência desta área de conhecimento, “*O Roubo das Almas*”, além de prestar homenagem a um dos mais prestigiados académicos nacionais, assume-se como um valioso instrumento de análise e uma mais-valia no âmbito da temática em questão. Com efeito, é de sublinhar a pertinência das reflexões desenvolvidas e a exposição de elementos de análise surpreendentemente novos que, por certo, encontrarão eco junto dos jovens investigadores portugueses.

Tânia Cristina Rocha Nogueira
Doutoranda em História Contemporânea

SIMÕES, Jorge – *Retrato político da Saúde. Dependência do percurso e inovação em saúde: da ideologia ao desempenho*. Almedina, Coimbra: 2004, 346 páginas.

Jorge Simões, especialista reconhecido nos domínios da saúde e administração hospitalar portuguesa, dá à estampa uma obra de síntese histórica que será particularmente bem vinda nos meios académicos e profissionais que se debruçam sobre a temática da saúde no nosso país. Redigida de forma esquemática, objectiva e directa, fornece um enquadramento histórico referencial para quem pretende conhecer de forma aprofundada o percurso da política sanitária portuguesa e dos seus resultados no nosso passado mais recente.

Projectado sobretudo nos vectores políticos e organizacionais, este *Retrato político da Saúde* remete-nos para uma visão alargada dos últimos trinta anos da saúde e das políticas de saúde em Portugal, promovendo ao mesmo tempo o pensamento crítico do leitor sobre os crescentes problemas de eficiência que sobrevêm aos sistemas universais de saúde/segurança social típicos da era pós-keynesiana. O poder político acaba por recorrer a novas abordagens que se vão afastando progressivamente da gestão directa da saúde, para se colocar gradualmente num papel menos oneroso de regulação do sector. Como resultado, a responsabilidade pública esbate-se, dando lugar à “...responsabilidade automática dos mecanismos de quase-mercado.”

Ao longo da obra, o autor faz uma clara caracterização do poder político no domínio da saúde, bem como as influências a que tem sido sujeito na estruturação e implementação das políticas sanitárias mais recentes.

A obra inicia-se com uma expandida referência/comparação dos sistemas de saúde nos países da OCDE nos últimos 25 anos, com o sistema de saúde nacional desde 1974. É evidente que a confrontação dos diferentes governos europeus com os crescentes gastos com a saúde motivou o desenvolvimento de políticas sanitárias que não só reforçam o intervencionismo regulador do Estado neste domínio, mas também se afastaram progressivamente do planeamento directo e gestão da saúde. Esta tendência acaba por ter influência no modo de repensar a saúde e os sistemas político/ideológicos que a suportam.

Partindo das ideologias políticas que sustentaram a política sanitária dos vários governos, o autor faz ressaltar os diferentes esforços governativos que desde o 25 de Abril de 1974 foram tomando forma nessa matéria, fazendo uso de um método de avaliação comparativo onde se destacam os resultados obtidos, a responsabilidade financeira, o emprego em saúde e a utilização dos serviços. Trata-se, como o próprio autor refere, da aplicação do modelo de Ian Greener, já utilizado no estudo da evolução do *Nacional Health Service* britânico, e que se revela particularmente adaptável à realidade portuguesa, fruto da evidente semelhança entre os sistemas de ambos países.

Um dos aspectos mais interessantes da análise do autor prende-se com as opções doutrinárias que caracterizaram as políticas de saúde nacionais, francamente devedoras da reforma empreendida por uma equipa encabeçada por Rebelo de Sousa e Gonçalves Ferreira em 1971, isto é, ainda antes dos alvares da Abril. Não se tratando de uma total novidade, esta constatação serve de base a um dos principais esteios de toda a obra: a noção de continuidade das políticas para o sector. A ausência de rupturas ideológicas e o desenvolvimento continuado do sistema, associado aos resultados práticos obtidos, permite transmitir uma ideia positiva do modelo escolhido, que não deixou de beneficiar os profissionais de saúde que nele desenvolvem a sua actividade, tendo sabido fazer valer os seus interesses.

As modificações introduzidas ao sistema desde 1990, feitas no sentido da concepção mais ampla de sistemas de saúde e diminuição do peso do Estado no sector, acabaram por não ter o

resultado esperado, e o SNS manteve-se como mecanismo de protecção social na saúde, apesar de denotar um urgente conjunto de reformas que fossem capazes de o tornar mais eficiente e menos dispendioso. Este *status quo* tende a alterar-se com o início de 2001, altura em que o Estado se remete progressivamente para um papel cada vez mais regulador, deixando a porta aberta a que o mercado intervenha e se auto-regule, em detrimento dos parceiros sociais do sector.

Surge aqui uma oportuna e imprescindível observação sobre a evolução do hospital público, onde a tónica se coloca cada vez mais nas tentativas de modernização do sistema de financiamento, nos modelos de gestão e no estatuto dos grupos profissionais que nele trabalham. Palco de disputas e local onde emergem conflitos de interesses, os modelos de gestão modificaram-se e adaptaram-se de acordo com os resultados de avaliação de desempenho dos hospitais. Daí que o autor não deixe de referir as soluções mais recentes que não atingiram apenas o sub-sector saúde da administração pública: a empresarialização dos hospitais, os hospitais sociedades anónimas, e a exploração de novos hospitais do SNS por entidades privadas.

Fazendo uso de uma abordagem neutra, o autor soube reconhecer que apenas a investigação futura permitirá avaliar se a nova política de saúde inaugurada em 2002 representará uma ruptura com o processo de continuidade a que se assistiu praticamente desde 1974, ou se de facto se trata de um ajuste (ou *social learning* nas palavras de Ian Greeney) dos objectivos ou técnicas de uma política às experiências e ideias mais recentes na área.

Pelo vasto campo de abordagem e teor sintético da análise histórica, conclui-se com naturalidade que a presente obra passe a constituir uma referência no panorama da historiografia contemporânea.

Rui Manuel Pinto Costa